*“O órfão é arrancado do seio materno
e a criança do pobre é penhorada”
Uma leitura de Jó 24,1-17*

*“The orphan is torn from the mother’s womb
and the poor man’s child is pawned”
A reading of Job 24: 1-17*

Resumo

Jó 24, 1-17 descreve a realidade dos pobres judeus injustiçados, explorados, violentados e até penhorados como Tráfico Humano, no mercado interno e internacional do período persa, envolvendo os gregos e os fenícios. O empobrecimento, a escravidão e o tráfico humano são causados não só pelos atos injustos dos alguns judeus mais abastados, mas também pela exploração sistemática, praticada pelas autoridades vigentes: “Tributo do rei, pago em prata”, “Tributo ao Templo de Iahweh com a teologia da retribuição”, “Empréstimo e câmbio abusivos” etc. Neste contexto, a contribuição do livro de Jó é mostrar os passos pelos quais uma pessoa injustiçada e reduzida à extrema miséria é reerguida e fazer a experiência do Deus da vida.

Palavras-chave: tráfico humano; ganância; ricos, denuncia; Deus da vida.

Abstract

Job 24, 1-17 describes the reality of the poor Jews who were wronged, exploited, raped and even seized as Human Trafficking, in the internal and international market of the Persian period, involving the Greeks and Phoenicians. Impoverishment, enslavement and human trafficking are caused not only by the unjust acts of some wealthy Jews but also by the systematic exploitation practiced by the ruling authorities: “Tribute of the king, paid in silver”, “Tribute to the Temple of Yahweh with theology of retribution”, “Abusive loan and exchange”, etc. In this context, the contribution of the book of Job is to show the steps by which a person wronged and reduced to extreme misery is raised and experience the God of life.

Key words: human trafficking; greed; rich; denunciation; God of life.

¹ Shigeyuki Nakanose SVD é teólogo e biblista, doutor em teologia pelo *New York Theological Seminary* (1991). Professor e diretor do Centro Bíblico Verbo de São Paulo, Brasil (Endereço eletrônico: shigenakanose@ig.com.br).

A Polícia Federal (PF) confirmou nesta quarta-feira (25) que o menino de um ano, encontrado há 15 dias em uma rua de Cascavel, no oeste do Paraná, é de origem paraguaia e foi trazido por suspeita de tráfico de crianças. De acordo com a PF, o garoto foi trazido do Paraguai, assim como uma menina de 10 anos e uma adolescente de 17, por Maria Conceição Queiroz, conhecida como Maria Paraguaia. A mulher foi presa na terça-feira (GLOBO, 2017).

As crianças, os adolescentes, os homens e as mulheres são vendidos e traficados... “A organização das Nações Unidas (ONU) estima que o tráfico humano renda, aproximadamente, 32 bilhões de dólares anuais, situando-o entre os crimes organizados mais rentáveis, ao lado do tráfico de drogas e de armas” (CNBB, CF 2014, p.12).

O fato aponta para uma triste realidade mundial: entre setembro de 2016 e setembro de 2017, 82 % de toda a riqueza mundial estava nas mãos de 1 % da população, enquanto a metade mais pobre, cerca de 3,7 bilhões de pessoas, não foi beneficiada com nenhum aumento. Ao mesmo tempo, o mundo presencia que atualmente existem 815 milhões de pessoas subnutridas, o que significa que uma em cada nove pessoas não tem alimentação suficiente para ser saudável e manter uma vida ativa. E a cada seis segundos uma criança morre por causa da fome ou de doenças relacionadas.

Pessoas empobrecidas e endividadas, crianças mendigando e perambulando pelas ruas em busca de moedinhas.... Os traficantes humanos aproveitam da vulnerabilidade econômica e social dessa gente em processo de escravidão.

Hoje como ontem, os direitos humanos são vilipendiados. O tráfico humano é uma realidade recorrente no mundo do Antigo Testamento:

- a. “Porque vendem o justo por prata e o indigente por um par de sandálias. Eles esmagam sobre o pó da terra a cabeça dos fracos e tornam torto o caminho dos pobres; um homem e seu pai vão à mesma jovem para profanar o meu santo nome” (Am 2,6b-7);
- b. “Efraim, quando eu o vi, era como Tiro, plantado em um prado; contudo, Efraim deverá entregar os seus filhos ao carrasco” (Os 9,13);
- c. “Ai dos que promulgam leis iníquas, os que elaboram rescritos de opressão para desapossarem os fracos do seu direito e privar da sua justiça os pobres do meu povo, para despojar as viúvas e saquear os órfãos” (Is 10,1-2);
- d. “O órfão é arrancado do seio materno e a criança do pobre é penhorada. Da cidade sobem os gemidos dos moribundos e, suspirando, os feridos pedem socorro e Deus não ouve a sua súplica” (Jó 24, 9.12).

O último chama mais a atenção porque Deus não escuta o grito dos pobres. Deus, a religião, as pessoas do livro de Jó não estão sensíveis com

a situação gritante das crianças traficadas e escravizadas? É a pergunta que continua soando até hoje.

Com essa pergunta e outras, referentes ao tráfico humano, dialogamos com o livro de Jó, sobretudo Jó 24,1-17, que descreve o mundo de violência, exploração e escravização.

1. O contexto de Jó 24,1-17

O livro de Jó, que trata do sentido do sofrimento na vida humana e da teologia da retribuição, tem várias camadas redacionais. Grande parte do corpo da obra (Jó 3,1-42,6) pode datar-se entre os séculos V e IV a.C. Contestando as alegações dos três amigos que condenam Jó, pobre e sofredor, como pecador segundo a teologia da retribuição, ele reage e descreve, em Jó 24,1-17, as ações impunes dos ímpios como a maior causa do empobrecimento, violência e humilhação sofrida pelos pobres: “Os ímpios mudam as fronteiras roubam rebanho e pastor” (Jó 24,2). Quem são os ímpios? E o que está acontecendo neste período?

Em 539 a.C., Ciro, o imperador da Pérsia, derrotou a Babilônia, tornando-se o único rei de todo o Oriente Próximo. O império persa conseguiu subjugar mais de 80 povos. Uma das estratégias políticas dos persas era dar liberdade religiosa aos povos dominados. Na Judeia, a Pérsia ajudou até a restaurar o templo de Jerusalém, desde que essa instituição servisse aos seus interesses políticos e econômicos (PERDUE, 2015, p.109). Os persas não interferiam diretamente nos ritos religiosos, mas fiscalizavam o funcionamento do Templo, onde os judeus ofereciam sacrifícios e pagavam tributos (ISBELL, 2017, pp. 535-548).

Por volta do ano 460 a.C., período de incertezas e lutas pela sucessão no trono da Pérsia (o imperador Xerxes assassinado em 465 a.C.), surgiu uma revolta no Egito: Inaros, sátrapa (governador) do Egito, com o apoio dos atenienses (gregos), expulsou os coletores de impostos persas. Alguns anos mais tarde, Megabisos, sátrapa da província (satrapia) Transeufrates, que era formada pela Síria, Fenícia, Palestina e Chipre, se revoltou contra o poder central do império persa (TÜNNERMANN, 2001, p.75-79; KAPER, 2025, pp. 125-126).

Nesse contexto de grande instabilidade, entre 445 e 432 a.C., o império persa, de olho no corredor sírio-palestino e na rota Jericó-Amon-Moab, envia Neemias e Esdras para reorganizar e fortalecer a Judeia, região que fazia limite com o Egito, a região costada ao Egito. O império, sobretudo com a preocupação no avanço dos atenienses (gregos), precisou instalar as guarnições militares e fortalecer as cidades de apoio no corredor siro-palestino (KNAUF, 2016, p. 169). A cidade de Jerusalém e o Templo com a lei do puro e do impuro se tornaram o centro do poder político e econômico. Consolidou-se a sociedade teocrata em Judá, com o domínio da Pérsia: “Todo o que não observar a Lei de teu Deus – que é a Lei do rei – será castigado

rigorosamente: com a morte ou desterro, com multa ou prisão” (Esd 7,26; cf. BERQUIST, 1995, pp. 105-120).

O sistema do Templo é reforçado e a observância da Lei se enraíza no meio do povo. A pessoa impura fica impedida de participar da vida comunitária e do culto no Templo, a morada exclusiva de Iahweh, Deus único. É o monoteísmo consolidado pelos teocratas deste período. A única forma de voltar a participar da sociedade e do Templo é fazer o sacrifício de purificação, que inclui a entrega de ofertas para os sacerdotes do Templo (Lv 11-14). Dessa forma, o Templo e a Lei tornam-se os principais mecanismos de arrecadação de tributos para a manutenção da teocracia de Jerusalém, que repassa uma parte da arrecadação ao império persa (BERQUIST, 1995, p.131-159).

Na realidade, a observância da lei do puro e do impuro é justificada e fortalecida pela teologia da retribuição. Ela afirma que Deus recompensa a pessoa justa com riqueza, saúde, descendência e vida longa (Lev 26). Pobreza, doença e esterilidade são sinais da maldição de Deus (Deut 30,15-16; cf. Sb 3-5). Quem é, então, considerado injusto, impuro, pecador e amaldiçoado? Pessoas pobres, doentes ou com alguma deficiência física e os estrangeiros (Sal 38,2-6).

Os pobres e os doentes sentem inveja dos “justos” e “puros” que têm recursos para cumprir a lei do puro e do impuro: as pessoas abastadas e saudáveis: “Por pouco meus pés tropeçavam, um nada, e meus passos deslizavam, porque invejei os arrogantes, vendo a prosperidade dos ímpios. Para eles não existem tormentos, sua aparência é santa e robusta; a fadiga dos mortais não os atinge, não são molestados como os outros” (Sal 73,3-5).

Há um fato, porém: “A maldade lhes brota da gordura, seu coração trasborda em maus projetos” (Sal 73,7); “A razão está em que, no dia mesmo do vosso jejum, correis atrás dos vossos negócios e explorais os vossos trabalhadores; a razão está em que jejuais para entregar-vos a contendas e rixas, para ferirdes com punho perverso” (Is 58,3-4a). A injustiça social, a violência e o ganho ilícito da riqueza, praticados pelos ímpios, tanto no campo como na cidade, são testemunhados pelos livros sapienciais e proféticos. É o fato que questiona a lógica da teologia da retribuição: “os ricos são ricos porque justos, e os pobres são pobres porque pecadores” (SILVA, 2015, p. 892).

Um dos textos mais críticos contra a teologia da retribuição se encontra no corpo do livro de Jó, um personagem fictício, que é condenado como impuro e pecador, por ser pobre e doente. Jó reage, critica e grita contra o Deus oficial do Templo que não escuta nem o grito dos pobres:

- a. “Deus entregou-me a injustos, jogou-se nas mãos dos ímpios. Via eu tranquilo, quando me esmagou, agarrou-me pela nuca e me triturou. Fez de mim seu alvo” (Jó 16,11-12);

- b. “Por que os ímpios continuam a viver, e ao envelhecer se tornam ainda mais ricos? Vêm assegurada a própria descendência, e seus rebanhos aos seus olhos subsistem. Suas casas, em paz e sem temor, a vara de Deus não as atinge. Seu touro reproduz sem falhar, sua vaca dá cria sem abortar” (Jó 21,7-10);
- c. “Ele (Deus) me agarra com violência pela roupa, me segura pela orla da túnica. Joga-me para dentro do lodo e confundo-me com o pó e a cinza. Clamo por ti, e não me respondes; insisto, sem que te importes comigo. Tu te tornaste meu verdugo e me atacas com teu braço musculoso” (Jó 30,18-21).

A crítica de Jó contra a teologia da retribuição atinge o ponto alto, ao apresentar, em Jó 24,1-17, as ações impunes dos ímpios como a maior causa do empobrecimento, humilhação e desgraça dos pobres que são julgados como impuros e pecadores pela teologia oficial dos teocratas.

2. *“Os ímpios mudam as fronteiras, roubam rebanho e pastor”* (Jó 24,2)

O autor do livro de Jó inicia a descrição da realidade dos pobres injustiçados, perguntando ironicamente sobre a intervenção de Shaddai, Poderoso: “Por que Shaddai não marca o tempo e seus amigos não chegam a ver seus dias?” (Jó 24,1). Segundo a tradição do dia de Javé, Deus deveria julgar os pecadores para estabelecer a justiça e o direito (Jó 21,30). Mas, observa-se a impunidade dos pecadores que cometem a injustiça social e oprimem e provocam a desgraça dos pobres.

Os atos violentos e injustos são descritos de forma densa e patética:

- a. “Os ímpios mudam as fronteiras” (Jó 24,2a). O ato violento atinge a base da vida do povo: a propriedade da terra. No mundo no qual 90% da população é agricultores, a terra é o principal meio de produção para alimentar a vida e deve ser salvaguardada: “Não deslocarás as fronteiras do teu vizinho, colocadas pelos antepassados no patrimônio que irás herdar, na terra cuja posse Iahweh teu Deus te dará” (Deut 19,14; cf. Deut 27,17; Num 26,52-56; Os 5,10; Miq 2,2). A posse da terra é enraizada na responsabilidade social em favor da vida.
- b. “Roubam rebanho e pastor” (Jó 24,2b). A posse de animais também faz parte da base da economia dos agricultores de Israel: “Tenhas cordeiros para te vestir, bodes para comprar um campo, leite de cabra em abundância para te alimentar, para alimentar a tua casa e sustentar as tuas servas” (Prov 27,26-27). O roubo do rebanho, portanto, atinge à sobrevivência da família agrícola e deve ser rigorosamente alertado: “Não cobiçarás a casa do teu próximo.

Não cobiçarás a mulher de teu próximo, nem o seu escravo, nem a sua escrava, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença a teu próximo” (Ex 20,17).

- c. “Apoderam-se do jumento dos órfãos e tomam como penhor o boi da viúva”. A violência atinge os mais sofridos: órfãos e viúvas. Eles representam o grupo social menos protegido e devem receber a assistência e proteção: “Não perverterás o direito do estrangeiro e do órfão, nem tomarás como penhor a roupa da viúva” (Deut 24,17). Portanto, a presença dos órfãos roubados e das viúvas penhoradas reflete, de forma marcante, a gravidade dos atos violentos dos ímpios.
- d. “Os indigentes devem se afastar do caminho” (Jó 24,4a). Com a análise do verbo “afastar” ou “desviar” (Deut 16,19; 27,19), o texto pode ser entendido que os direitos dos pobres estão sendo violados: “Eles esmagam sobre o pó da terra a cabeça dos fracos e tornam torto o caminho dos pobres” (Am 2,7; cf. Is 10,2). Consequentemente, os pobres da terra (Am 8,4; Sof 2,3) desaparecem da esfera pública da sociedade: “Os pobres da terra se escondem todos juntos”. Os pobres sem o direito à dignidade e à vida!

Com o roubo de terra, roubo de rebanhos, roubo de direitos, os pobres, atingidos pelos atos de injustiça e violência, são obrigados a lutarem pela sobrevivência: “Como onagros do deserto, eles saem para o trabalho, procurando desde a aurora uma presa, e de tarde, o pão para os seus filhos. Ceifam no campo do malvado e rebuscam a vinha do ímpio” (Jó 24,5-6).

A sobrevivência dos pobres é descrita, primeiramente, com a imagem dos onagros ou “asnos selvagens” famintos no deserto: “Os onagros estão nas alturas, anseiam por ar como chacais, seus olhos se obscurecem, porque não há capim” (Jer 14,6; cf. Sal 104,11). Os pobres famintos são obrigados a trabalharem até no campo do malvado, ímpio ou pecador, submissos ao trabalho de escravos por um pedaço de pão.

A luta pela simples sobrevivência obriga também os pobres a viverem na condição de indigência: “Nus passam a noite, sem roupa e sem coberta contra o frio. Ensopados pelas chuvas das montanhas, sem abrigo, comprimem-se contra o rochedo. O órfão é arrancado do seio materno e a criança do pobre é penhorada” (Jó 24,7-9). A última citação testemunha a monstruosidade da injustiça social que atinge quem merece mais proteção: órfão e criança.

Diante da violência, exploração e condição desumana, os pobres oprimidos gemem e gritam por socorro de Deus como os hebreus no Egito (Ex 3,7). Contudo, ao contrário da sorte dos hebreus no socorro de Deus, os pobres injustiçados de Jó não encontram nem resposta, nem socorro de Deus: “Da cidade sobem os gemidos dos moribundos e, suspirando, os feridos pedem socorro e Deus não ouve a sua súplica” (Jó 24,12).

Por que Deus não responde aos gritos e gemidos dos necessitados e injustiçados? Mais ainda: Por que Ele não intervém na situação de injustiça social? A resposta está na lógica da teologia da retribuição com o Deus do templo: ele escuta o grito de quem observa a lei do puro e do impuro, oferecendo o sacrifício de purificação ou pecado, sacrifício constituído no período persa dos teocratas (Lev 11-14). A vida dos pobres é injustiçada e oprimida não só pelos atos violentos dos malvados, mas também pelo controle da tradição e religião vigente.

A última parte sobre a realidade injusta e violenta em Jó 24 descreve os atos violentos dos ímpios, confiando em sua impunidade às trevas em oposição à luz: “Existem também os rebeldes à luz, que não conhecem seus caminhos nem ficam em suas veredas”; “Durante o dia, escondem-se os que não querem conhecer a luz” (Jó 24, 13.16b). Ao praticarem os atos injustos, os ímpios se opõem a luz que surge na prática da justiça e do direito: “Entrega teu caminho a Iahweh confia nele, e ele agirá; manifestará tua justiça como a luz e teu direito como o meio-dia” (Sal 37,5-6; cf. Is 58,6-8).

De fato, os atos violentos, encobertos pelas trevas da impunidade, atingem os três mandamentos do Decálogo (Ex 20,13-17), os dez mandamentos, constituídos em favor dos oprimidos, na sociedade de injustiça do período da monarquia (cf. CRÜSEMANN, 1996, pp.17-26).

- a. Homicídio: “É noite quando o assassino se levanta para matar o pobre e o indigente” (Jó 24,14a);
- b. Roubo: “Durante a noite ronda o ladrão, às escuras arromba as casas” (Jó 24,14b);
- c. Adulterio: “O olho do adúltero aguarda o crepúsculo dizendo: ‘Ninguém me verá’, e cobre o rosto com uma máscara” (Jó 24,15).

Agora, os ímpios, malvados ou pecadores, são tratados como assassinos, ladrões e adúlteros, como o grupo de pessoas violentas se encontra na Bíblia: “Até quando os ímpios, Iahweh, até quando os ímpios exultarão? É teu povo, Iahweh que eles massacram, é tua herança que eles humilham; matam a viúva e o estrangeiro e assassinam os órfãos” (Sal 94, 3.5-6; cf. Os 4,1-3). O que é mais grave de tudo é a impunidade: “Ninguém me verá”!

Jó 24,1-17, assim, descreve a realidade dos pobres injustiçados pelos assassinos, ladrões e adúlteros. Os atos violentos nas trevas empobrecem, endividam e escravizam os homens e mulheres do campo e da cidade. Porém, o processo de escravização do povo também tenha sido causado e acelerado pelos poderes públicos à luz do dia.

3. O empobrecimento, o endividamento, a escravização e o tráfico humano na esfera pública

O livro de Neemias relata o endividamento dos homens, seus filhos e filhas penhorados e escravizados:

Levantou-se uma grande queixa entre os homens do povo e suas mulheres contra seus irmãos, os judeus. Uns diziam: “Somos obrigados a penhorar nossos filhos e nossas filhas para recebermos trigo, para podermos comer e sobreviver”. Outros diziam: “Temos que empenhar nossos campos, vinhas e casas para recebermos trigo durante a penúria”. Outros ainda diziam: “Tivemos que tomar dinheiro emprestado penhorando nossos campos e vinhas para pagarmos o tributo do rei” (Neh 5,1-4).

Os livros escritos no período persa descrevem não só os atos injustos de alguns judeus mais abastados (Neh 5,5; Is 58,6-12), mas também a exploração sistemática, praticada pelas autoridades vigentes:

- a. “Tributo do rei”: O império persa é organizado em satrapias (províncias), com seus sátrapas (governadores). A administração da satrapia é fiscalizada e controlada pelos “ouvidos do rei”. A principal responsabilidade do sátrapa é coletar e enviar o tributo anual ao governo central do império (rei). A pesquisa arqueológica atesta o funcionamento do centro de arrecadação, no período persa, em Ramat Rahel, entre as cidades de Jerusalém e Belém (ISBELL, 2017, pp. 530-549; LIPSCHITS, 1979, p. 60). Os agricultores pobres devem até recorrer a “dinheiro emprestado para pagar o tributo do rei”. O juro é absurdo sem respeitar a lei em favor dos pobres! (Deut 23,20-21).
- b. Tributo ao “Templo de Iahweh”: “Impusemo-nos como obrigações: dar a terça parte de um siclo por ano para o culto do Templo de nosso Deus: para o pão da oblação, para a oblação perpétua e o holocausto perpétuo, para os sacrifícios dos sábados, das neomênias, das solenidades, e para os oferendas sagradas, para os sacrifícios pelo pecado que garantem a expiação em favor de Israel; em suma, para todo o serviço do Templo do nosso Deus; e levar cada ano ao Templo de Iahweh as primícias de nosso solo e as primícias de todos os frutos de todas as árvores, bem como os primogênitos de nossos filhos e de nosso rebanho, como está escrito na Lei (...); é o dízimo de nossa terra” (Neh 10,33-38). O tributo ao Templo é pago tanto em produtos como em dinheiro. A atividade econômica expande-se também no comércio de animais, cereais, vinhos, produtos manufaturados etc., para os peregrinos. O Templo é o verdadeiro mercado e o banco nacional (PERDUE, 2015, p. 118).
- c. Dinheiro e câmbio: Os tributos para os governantes e o templo não são pagos somente em produtos, mas também em dinheiro. Por exemplo, todas as satrapias são obrigadas a pagar o tributo em prata para o Império, desde a reforma administrativa de Dario I (521-486 a.C.). A arqueologia atesta o aumento crescente da cunhagem de moeda de prata da província de Yehud (Judá) no tempo de Neemias, o período da consolidação de Judá como uma

estável província política de Judá (KESSLER, 2009, p. 171). Os câmbios são praticados na porta da cidade ou da aldeia para onde os agricultores levam seus produtos para vendê-los. É lá que acontecia a corrupção e a exploração desde o tempo da monarquia: “Eles odeiam aquele que repreende à porta e detestam aquele fala com sinceridade. Por isso: porque oprimis o fraco e tomais dele um imposto de trigo” (Am 5,10-11).

- d. Mordomia: No período persa, Jerusalém é uma pequena cidade com 1750 habitantes (GALLARRETA, 2017, p. 38). A maioria deles é a elite religiosa do Templo, isenta de impostos: “Nós vos fazemos saber, também, que fica proibido cobrar imposto, tributo ou direito de passagem de todos os sacerdotes, levitas, cantores, porteiros” (Esd 7,24). Quanto à autoridade persa, eles habitam em Ramat Rahel, o centro de arrecadação de imposto, localizado ao sul de Jerusalém. O centro possui um palácio real com extensos jardins ornamentais (ISELL, 2017, p. 549).

No período persa, as pessoas escravizadas por meios legais aumentam devido ao juro alto de empréstimos e à efetiva cobrança dos impostos do império com a colaboração dos teocratas judeus. A maioria dos agricultores paga 30% a 70% de sua total produção para os juros e os tributos, vivendo na pobreza e na penúria (RO, 2018, pp. 13-32).

Por outro lado, as autoridades e os ricos abastados, vivem na mordomia: “À minha mesa comiam os nobres e os magistrados, em número de cento e cinquenta, sem contar os que vinham a nós das nações vizinhas. Todo o dia preparava-se, pagando eu as despesas, um boi, seis ovelhas gordas e aves e de dez em dez dias, traziam-se odres de vinho em quantidade. Apesar de tudo isso, jamais reclamei o pão do governador, pois os trabalhos pesavam muito sobre o povo”, diz o livro de Neemias (Ne 5,17-19; cf. PERDUE, 2015, p. 119).

Assim cresce os escravos em Israel: “Temos que entregar à escravidão nossos filhos e filhas; e há entre nossas filhas algumas que já são escravas! Não podemos fazer nada, porque nossos campos e nossas vinhas já pertencem a outros” (Ne 5,5; cf. SNELL, 1997, pp. 112-113).

4. Tráfico humano no mercado internacional

Numa sociedade agrícola como a do antigo Israel, a mão de obra masculina servil é indispensável à economia do país. O livro de Jó atesta a presença dos pobres, trabalhando no campo dos malvados (Jó 24,6). Com a expansão de áreas cultivadas, as famílias abastadas teriam exigido o aumento de mão de obra e teriam adquirido os escravos no mercado.

O trabalho dos escravos é também atestado na obra pública: o aparelho administrativo, a construção de infraestrutura como muralha, etc. Ape-

sar da discussão contínua dos arqueólogos sobre a datação e a dimensão da reconstrução de muralha de Jerusalém (cf. FINKELSTEIN, 2018, pp. 3-27; ISBELL, 2017, p. 547), é inegável o aumento da presença dos camponeses judeus empobrecidos, vendidos e tornados mão de obra escrava no tempo de Neemias: “Resgatamos na medida das nossas posses, nossos irmãos judeus que se tinham vendido às nações. E agora sois vós que vendeis vossos irmãos para que os resgatem” (Neh 5,8).

Como o texto acima confirma, os escravos são vendidos não só no mercado interno, mas também no mercado internacional:

Mas, vós, Tiro, Sidônia e todos os distritos da Filisteia, que sois para mim? Quereis vingar-vos de mim? Mas, se tirardes vingança contra mim, logo farei recair a vingança sobre vossas cabeças! (Vós que tomastes minha prata e meu ouro, vós que carregastes para os vossos templos os melhores tesouros,) vós que vendestes aos filhos de Javã os filhos de Judá e de Jerusalém, para afastá-los de seu território! Eis que eu os arranco do lugar onde vós os vendestes, e farei recair vossos atos sobre vossas cabeças! Venderei vossos filhos e vossas filhas pelas mãos dos filhos de Judá, e eles os venderão aos sabeus, a uma nação longínqua, porque Iahweh falou! (Jl 4,4-8).

O livro de Joel, que pode datar-se em torno de 400 a.C., acusa os fenícios de traficar e negociar os escravos judeus com os gregos (Javã) e o povo da Arábia (sabeus). Os fenícios, que viviam na faixa costeira do norte da Palestina e possuíam diversos portos naturais, eram conhecidos como o povo do mar por serem grandes mercadores marítimos. Chegaram a exercer o monopólio da navegação no Mediterrâneo por volta de 700 a.C. (TSIRKIN, 1979, pp. 547-564).

O livro de Amós menciona os fenícios de Gaza, que praticam o tráfico de escravos com Edom: “Assim falou Iahweh: Por três crimes de Gaza, e por quatro, não o revogarei! Porque deportaram populações inteiras para entregá-las a Edom” (Am 1,6). Já uma passagem do livro de Ezequiel acusa os fenícios de Tiro do mesmo crime: “Javã, Tubal e Mosoc comercializavam contigo, trazendo escravos e objetos de bronze em troca de teus víveres” (Ez 27,13).

No período persa, os fenícios parecem ser os principais parceiros navais dos persas em suas atividades comerciais e militares no Mediterrâneo: “Todos os navios do mar estavam aí para mercadejarem contigo. Os habitantes da Pérsia, de Lud e Fut serviam como guerreiros no teu exército: penduravam no meio de ti escudos e capacetes; eles faziam o teu esplendor” (Ez 27,9b-10), diz o profeta Ezequiel sobre Tiro (fenícios).

A arqueologia mostra que Judá estava fortemente inserida na região da Siro-Palestina em relação à economia. Os fenícios parecem ser os principais mercadores, atuando no tráfico internacional de escravos judeus. Os principais compradores deles são os fabricantes de moedas de prata ateniense (grega), utilizadas como a moeda comum no comércio internacional

do período persa (ISBELL, 2017, p. 550). O trabalho pesado e exausto em minas de prata teria piorado a expectativa de vida dos trabalhadores, elevando o valor do escravo: o preço de escravo, que custava na média 20-30 siclo (shekels) de prata, subiu para 90 shekels de prata em Atenas, no final do período persa (KNAUFT, 2016, p. 174).

A demanda de escravos é grande! Neste período, constata-se o aumento dos escravos judeus no mercado internacional. E, no mundo patriarcal, o tráfico humano atinge também crianças, adolescentes e mulheres, em atividades produtivas desumanas, na reprodução e no mercado do sexo: “O órfão é arrancado do seio materno e a criança do pobre é penhorada” (Jó 24,9; cf. KNAUFT, pp. 173-175).

5. “Eu sei que meu Defensor está vivo e que no fim se levantará sobre o pó” (Jó 19,25)

O livro de Jó é uma crítica à teologia da retribuição: o Deus dos teocratas retribui saúde, riqueza e vida longa ao justo que observa a lei do puro e do impuro; ao injusto, ele castiga com doença, pobreza e desgraça da vida. Essa teologia condena, castiga e aumenta ainda mais o sofrimento e a dor dos empobrecidos, endividados, escravizados e traficados, considerados como pecadores e impuros. A desgraça do Deus oficial atinge o pobre e o inocente. E aqui entra a pergunta crucial: É possível o pobre ter a esperança e a experiência do Deus da vida?

A importante contribuição do livro de Jó é mostrar os passos pelos quais uma pessoa injustiçada e reduzida à extrema miséria é reerguida e fazer a experiência do Deus da vida que caminha com os pobres na história:

- a. Lamentar e clamar: “Por que Shaddai não marca o tempo e seus amigos não chegam a ver seus dias?” (Jó 24,1); “Clamo por Ti, e não me respondes; insisto, sem que te importes comigo” (Jó 30,20). Lamentos/clamores estão em todas as partes das queixas e apologia de Jó. Todavia, são clamores de libertação. Conforme Jó 24,1-17, seu clamor não é apenas um clamor pessoal, mas os clamores dos pobres. Devido à sua própria experiência do sofrimento e da injustiça, Jó toma a consciência e sente a necessidade de lamentar e gritar com os pobres.
- b. Ver e julgar: “Os ímpios mudam as fronteiras, roubam rebanho e pastor. Apoderam-se do jumento dos órfãos e tomam como penhor o boi da viúva” (Jó 24,2-3); Analisando Jó 24,1-17, nota-se que o autor é capaz de observar a realidade de um modo bem crítico e denuncia a situação injusta da sociedade. Quanto à religião oficial, por exemplo, o autor descreve: “Da cidade sobem os gemidos dos moribundos e, suspirando, os feridos pedem socorro e Deus não ouve a sua súplica” (Jó 24,12).

- c. Ter a fé no Deus defensor: “Eu sei que meu Defensor está vivo e que no fim se levantará sobre o pó: quando tiver arrancado esta minha pele, fora de minha carne verei a Deus. Aquele que eu vir será para mim, aquele que meus olhos contemplarem não será um estranho. Dentro de mim consomem-se os meus rins” (Jó 19,25-27). A palavra “Defensor” (*go’el* em hebraico; cf. Is 41,14) é aplicada ao Deus vingador dos oprimidos em oposição ao Deus oficial da teologia da retribuição. O grito e a ação libertadora devem ser movidos pela fé em Deus como defensor e redentor para superar as adversidades e os sofrimentos da vida presente.
- d. Caminhar e fazer a experiência do Deus da vida: “Eu te conhecia só de ouvir, mas agora meus olhos te veem: por isso, retrato-me e faço penitência no pó e na cinza” (Jó 42,5-6). É preciso libertar-nos da prisão da teologia da retribuição, a fim de caminhar com o Deus da vida na história para construir um mundo.

Julgar, gritar, denunciar e caminhar junto com o Deus da vida... O grito pela justiça se manifesta também no livro de Terceiro Isaías (Is 56-66), escrito no período persa: “Por acaso não consiste nisto o jejum que escolhi: em romper os grilhões da iniquidade, em soltar as ataduras do jugo e pôr em liberdade os oprimidos e despedaçar todo o jugo? Não consiste em repartir o teu pão com o faminto, em recolheres em tua casa os pobres desabrigados, em vestires aquele que vês nu e em não te esconderes daquele que é tua carne?” (Is 58,6-7).

Segundo o livro de Jó e o do Terceiro Isaías, o objetivo final da missão hoje não é animar e consolidar as comunidades cristãs, pelo menos não só isto. Mas, é transformar o coração do ser humano e o mundo onde na acumulação, no luxo e no privilégio as pessoas espoliam, exploram e discriminam seus irmãos. É preciso testemunhar e convidar as pessoas a aderirem à solidariedade e à partilha, características do mundo com que o povo judeu pobre sonhou: “Com efeito, criarei novos céus e nova terra: as coisas de outrora não serão lembradas, nem tornarão a vir ao coração. Já não haverá ali criancinhas que vivam apenas alguns dias, nem velho que não complete a sua idade. Já não construirão para que outro habite a sua casa, não plantarão para que outro coma o fruto, pois a duração da vida do meu povo será como os dias de uma árvore” (Is 65, 17.20-22).

6. Uma palavra final

Com muita evidência, a realidade das pessoas injustiçadas, empobrecidas e escravizadas imposta pela sociedade desumana, ainda persiste nos dias de hoje. Como mudar a realidade dessas pessoas? Jesus e as comunidades cristãs responderam uma inversão de atitudes: elas devem ser libertadas, acolhidas e abençoadas pelo Deus da vida, pela prática comunitária

de misericórdia, justiça e solidariedade (Lc 6,20-23). Uma das propostas concretas para os nossos dias está no depoimento de Josenilda Santos Silva, que foi traficada, recuperada e, atualmente, trabalha na “ONG: Sodireitos”, movimento contra o tráfico de pessoas, em Belém do Pará, Brasil:

Isso é muito importante, que a comunidade entenda que uma pessoa que foi traficada, uma pessoa que passou pelo trabalho escravo, ela já sofreu bastante, ela não precisa de mais um julgamento; ela não precisa de mais um dedo apontado; ela não precisa de mais alguém dizendo: ‘Ai você sabia o que você ia fazer, por que você foi?’ Ela precisa de alguém que acolha e, infelizmente, não são todas as pessoas que acolhem, mas uma pessoa que dê um abraço humilde e que diga: ‘Não, eu não tô aqui pra julgar. Eu tô aqui pra ser seu amigo, eu tô aqui pra lhe dar a mão’. É disso que a gente precisa. (VERBO FILME, 2014)

Em outras palavras, devemos participar dos movimentos de acolhimento e solidariedade entre as pessoas no dia a dia da vida: conscientizar e promover a dignidade humana; defender a vida e a natureza. Nessa prática, a pessoa se sente feliz e faz as outras felizes. Josenilda termina seu depoimento com esta reflexão: “Não julgamento, mas acolhimento. É o que nós encontramos na “Sodireitos” é o que nós temos umas com as outras e é isso que nos fortalece e muito. Isso nos ‘empodera’ muito. Isso nos deixa cada vez mais felizes e cada vez mais fortes no enfrentamento ao tráfico e é isso que a gente quer encontrar na comunidade” (VERBO FILME, 2014).

Referências

- ALBERTZ, Rainer. **A history of Israelite Religion in the Old Testament Period Volume II: From the Exile to the Maccabees**. Louisville: Westminster John Knox Press, 1994.
- ASURMENDI, Jesús. **Job: Experiencia del mal, experiencia de Dios**. Estella: Editorial Verbo Divino, 2001.
- BERQUIST, Jon L. **Judaism in Persia's Shadow**. Minneapolis: Fortress Press, 1995.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.
- CARSON, Marion L. S. **Human Trafficking, the Bible, and the Church**. Eugene, Oregon: Cascade Books, 2016.
- CLINES, David J. A. **Job 21-37**. Word Biblical Commentary, Volume 18A. Grand Rapids: Zondervan, 2006.
- CNBB. **Fraternidade e tráfico humano: Campanha da fraternidade 2014**. Brasília: Edição CNBB, 2014.
- CRÜSEMANN, Frank. **The Torah: Theology and Social History of Old Testament Law**. Minneapolis: Fortress Press, 1996.
- FINKELSTEIN, Israel. **Hasmonean Realities behind Ezra, Nehemiah, and Chronicles: Archaeological and Historical Perspectives**. SBL Press, 2018.
- GALLARRETA, José E. Balcells. **Household & Family Religion in Persian-Period Judah: Archaeological Approach**. Atlanta: SBL Press, 2017.
- GERSTENBERGER, Erhard S. **Israel no tempo dos persas: Séculos V e IV antes de Cristo**. São Paulo: Loyola, 2014.
- GRENZER, Matthias. **Análise poética da sociedade: um estudo de Jó 24**. São Paulo: Paulinas, 2005.
- Globo G1. PF confirma que menino achado em Cascavel é paraguaio e foi trazido por suspeita de tráfico de crianças. 2017 (Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/ menino-encontrado-no-parana-foi-trazido-do-paraguai-por-suspeita-de-intermediar-a-docao-ilegal-diz-pf.ghtml> Acesso em: 25 de maio. 2017
- ISELL, Charles David. "Persia and Yehud." In: EBELING, Jennie; WRIGHT, J. Edward; ELLIOTT, Mark; FLESHER, Paul V. M. (orgs.). **The Old Testament in Archaeology and History**. Waco, Texas: Baylor University Press, 2017, p.529-556.
- JANZER, J. Gerald. **Job**. Interpretation. Louisville: John Knox Press, 2012.
- KAPER, Olaf E. "Petubastis IV in the Dakhla Oasis: New Evidence about an Early Rebellion against Persian Rule and its Suppression in Political Memory". In: SILVERMANN, Jason M.; WAERZEGGERS, Caroline (orgs.). **Political Memory in and after the Persian Empire**. Atlanta: SBL Press, 2015, p.125-149.
- LIPINSKI, Edward (org.). **State and Temple Economy in the Ancient Near East I**. Leuven: Departement Oriëntalistiek, 1979.

- KESSLER, Rainer. **História social do antigo Israel**. São Paulo: Paulus, 2009.
- KNAUFT, Ernst Axel; GUILLAUME, Philippe. **A history of Biblical Israel: The fate of the tribes and kingdoms from Merenptah to Bar Kochba**. Sheffield: Equinox Publishing Ltd, 2016.
- LIPSCHITS, Oded. "Shedding New Light on the Dark Years of the 'Exilic Period': New Studies, Further Elucidation, and Some Questions regarding the Archaeology of Judah as a,,n 'Empty Land'". IN: KELLE, Brad; AMES, Frank Ritchel; WRIGHT, Jacob L. (orgs.) **Interpreting Exile**. Atlanta: SBL Press, 2011, p.57-90.
- PERDUE, Leo G.; CARTER, Warren. **Israel and Empire: A Postcolonial History of Israel and Early Judaism**. London: Bloomsbury T&T Clark, 2015.
- RO, Johannes Unsok. **Poverty, Law, and Divine Justice in Persian and Hellenistic Judah**. Atlanta: SBL Press, 2018.
- SCHWIENHORST-SCHÖNBERGER, Ludger. **Um caminho através do sofrimento: o livro de Jó**. São Paulo: Paulinas, 2012.
- SILVA, Rafael Rodrigues Da. Introdução ao livro de Jó. In: **Nova Bíblia Pastoral**. São Paulo: Paulus, 2015, p.892-893.
- SNELL, Daniel C. **Life in the Ancient Near East: 3100 – 332 B.C.E**. New Haven and London: Yale University, 1997.
- TERNAY, H. De. **O livro de Jó: Da provocação à conversão, um longo processo (Comentário Bíblico AT)**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- TSIRKIN, Yu. B. "Economy of the Phoenician Settlements in Spain". In: LIPINSKI, Edward (org.). **State and Temple Economy in the Ancient Near East II**. Leuven: Departement Oriëntalistiek, 1979, p.547-564.
- TÜNNERMANN, Rudi. **As Reformas de Neemias**. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulus, 2001.
- VERBO FILMES. **Tráfico de Pessoas**. São Paulo: Verbo Filmes, 2014.